



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**MATHEUS HENRIQUE MAGALHÃES CAVALCANTI**

**A NOVA GESTÃO PÚBLICA NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM**  
**PERNAMBUCO:**

**UMA ANÁLISE DOS INDICADORES EDUCACIONAIS DE 2007 A 2018**

**Recife**

**2021**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**A NOVA GESTÃO PÚBLICA NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM  
PERNAMBUCO:**

**UMA ANÁLISE DOS INDICADORES EDUCACIONAIS DE 2007 A 2018**

Monografia apresentada pelo aluno Matheus Henrique Magalhães Cavalcanti ao curso de Ciências Sociais da UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

**Orientadora: Profa. Dra. Gabriella Maria Lima Bezerra.**

**Recife**  
**2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE  
PERNAMBUCO PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE  
GRADUAÇÃO  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ATA DE DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

MODALIDADE: ( ) ARTIGO ( X ) MONOGRAFIA

**TÍTULO: “A NOVA GESTÃO PÚBLICA NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM  
PERNAMBUCO: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES EDUCACIONAIS DE 2007 A  
2018”**

**AUTOR (A): MATHEUS HENRIQUE MAGALHÃES CAVALCANTI**

Aos 16 dias do mês de dezembro de 2021, às 14h em sessão pública no Google meet, na presença da Banca Examinadora, presidida pela professora orientadora Dra. **Gabriella Maria Lima Bezerra** e composta pelos examinadores: Professora Dra. **Darcilene Cláudio Gomes (Fundaj)** e pelo professor **Dr. Paulo Afonso Barbosa de Brito**. O discente, **MATHEUS HENRIQUE MAGALHÃES CAVALCANTI**, apresentou o trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado: : **“A NOVA GESTÃO PÚBLICA NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES EDUCACIONAIS DE 2007 A**

**2018”**, como requisito curricular indispensável para a conclusão do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais. Após reunião em sessão reservada, a Banca Examinadora deliberou e decidiu pela aprovação o referido trabalho, com as seguintes notas: Professora Dra. **Gabriella Maria Lima Bezzera**, nota 10,0 (Dez), Professora Dra. **Darcilene Cláudio Gomes (Fundaj)**, nota 10,0(Dez), Professor Dr. **Paulo Afonso Barbosa de Brito**, nota 10,0(Dez), obtendo média final, 10,0 (Dez).

Recife, 16 de dezembro de  
2021.

A presente ata vai assinada pelos presentes:

**AUTOR:** \_\_\_\_\_

**MATHEUS HENRIQUE MAGALHÃES CAVALCANTI**

**ORIENTADORA:** \_\_\_\_\_

Professora orientadora Dra. **Gabriella Maria Lima Bezerra**

**EXAMINADORA:** \_\_\_\_\_

Professora Dra. **Darcilene Cláudio Gomes ( Fundaj)**

**EXAMINADOR:** \_\_\_\_\_

Professor Dr. **Paulo Afonso Barbosa de Brito**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

C376n Cavalcanti, Matheus Henrique Magalhães  
A nova gestão pública nas políticas de educação em Pernambuco:  
uma análise dos indicadores educacionais de 2007 a 2018 / Matheus  
Henrique Magalhães Cavalcanti. – 2021.  
45 f.: il.

Orientadora: Gabriella Maria Lima Bezerra.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação – Bacharelado em  
Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural de Pernambuco,  
Departamento de Ciências Sociais, Recife, BR-PE, 2022.  
Inclui bibliografia.

1. Educação - Pernambuco 2. Administração pública 3. Desempenho  
- Avaliação 4. Indicadores educacionais - Pernambuco I. Bezerra,  
Gabriella Maria Lima, orient. II. Título

CDD 370

## AGRADECIMENTOS

Acho que essa foi a última coisa que escrevi em minha monografia... Talvez por considerar esse lugar e esse momento um registro histórico importante na minha vida como pessoa e como pesquisador.

Por isso, começo agradecendo a Deus por um monte de coisas que não caberiam aqui nestas poucas linhas destinadas a dar crédito a aqueles que estão aqui, e são de carne e osso, sorrisos e choros.

Agradeço a minha noiva, Maria Priscila Cândido Martins, que é muito mais que a minha força, que também é ternura, amor e desejo de percorrer o mundo todo de toda forma que pudermos. Eu te amo mulher e sem você eu não estaria aqui fechando um ciclo que começou no ano de 2012. Muito obrigado mesmo você é a melhor pessoa que eu conheço e me sinto um verdadeiro sortudo em poder falar do teu sorriso todos os dias pela manhã.

Logo depois aos meus pais, a minha mãe Micheline Patrícia Magalhães da Silva Cavalcanti, por quem tenho um amor profundo do tamanho do seu grande nome; meu pai, Edilson Ramos Cavalcanti, um batalhador e principal referência de homem e ser humano que um filho pode ter; Agradeço a minha irmã, Maria Eduarda Magalhães Cavalcanti, por quem tenho tanta estima e que desejo todos os atalhos pavimentados para essa mulher que me dá tanto orgulho, **voe dudinha**.

Agradeço aos camaradas da graduação e da vida. Um agradecimento especial para Pedro Cavalcanti, parceiro de trabalho, de cerveja e de discussões acaloradas que quando não se findam em ideias, acabam em elogiosos xingamentos. Obrigado companheiro; Agradeço aos meus Lameiros, Caio Machado, Werik de Lima Alves e Ygor Machado por serem meus irmãozinhos da Rua da Lama com quem posso contar em qualquer momento, qualquer momento mesmo;

Agradeço ao pessoal do GPED, grupo de estudo que faço parte na Fundação Joaquim Nabuco que tanto me ensinou como também me inspirou! Camaradinha Ingrid Klebyane Barbosa, uma das pessoas mais inspiradoras que tenho o prazer de conhecer. Agradeço a professora Cibele Rodrigues, líder do grupo e pessoa indescritível! Professora, teu amor pelas pessoas e pelas causas sociais é lindo.

Agradeço a professora Darcilene Claudio Gomes, minha primeira orientadora que me iniciou na vida acadêmica, que acreditou nas minhas viagens e , verdadeiramente, ensinou os primeiros golpes nesse esporte de combate que é fazer ciências sociais no Brasil. Agradeço a professora Gabriella Bezerra que me orientou neste último ano de graduação, agradeço pelas discussões e por sempre prezar pelo rigor! Agradeço demais a essas professoras que se tornaram base do meu fazer científico.

Bom, como já disse, fazer Ciência em um país que desmonta o financiamento da pesquisa e sucateia as universidades públicas é flertar com o desespero e com a incerteza. Porém, brasileiros como somos, com as sucatas, insistimos e produzimos coisas lindas, pesquisas profundas. Não deixamos, em momento nenhum, que a pesquisa, a extensão e o ensino se esmoreçam. Por isso, agradeço a todos e a todas professoras e professoras, de todos os níveis, nossos heróis trabalhadores, mestres do imaginário e do mundo material. Obrigado, sem vocês nós não estaríamos aqui.

**Resumo:** Este trabalho analisa alguns resultados da implementação da Nova Gestão Pública (NGP) na educação básica do estado de Pernambuco no período 2007-2018. Para isto, escolhemos fazer uma análise que adotou, especialmente, técnicas quantitativas de coleta e análise de dados. Os procedimentos foram divididos em duas etapas, a primeira foi uma revisão bibliográfica e a segunda foi à análise dos dados secundários. Construímos uma linha do tempo contendo as principais iniciativas institucionais alinhadas a NGP, a partir do portal AlepeLegis, para avaliar a adesão dos gestores públicos a esta modalidade de gestão. Além disso, também construímos, e analisamos, os indicadores da rede estadual de educação básica a partir da Sinopse do Censo Escolar, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para identificar a influência da gestão sobre os indicadores. Sendo assim, percebemos que o arcabouço institucional, criado por uma elite técnica dos gestores estaduais alinhados à NGP, influenciou a melhora quantitativa dos indicadores educacionais. Porém, ao aprofundarmos a análise dos indicadores referentes aos docentes, percebemos que, ao contrário dos resultados anteriores, o impacto da NGP nos índices dos professores, quando comparados com os números brasileiros, não apresentaram resultados positivos, ligando um alerta para a educação pernambucana.

**Palavras-chave:** educação; gestão por resultados; Nova Gestão Pública; trabalho docente

**Abstract:** This paper analyzes some results of the implementation of the New Public Management (NGP) in basic education in the state of Pernambuco in the period 2007-2018. For this, we chose to carry out an analysis that adopted, especially, quantitative data collection and analysis techniques. The procedures were divided into two stages, the first was a literature review and the second was the analysis of secondary data. We built a timeline containing the main institutional initiatives aligned with NGP, from the AlepeLegis portal, to assess the adherence of public managers to this type of management. In addition, we also built and analyzed the indicators of the state system of basic education from the School Census Synopsis, made available by the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP) to identify the influence of management on the indicators. Thus, we realize that the institutional framework, created by a technical elite of state managers aligned with the NGP, influenced the quantitative improvement of educational indicators. However, when we deepened the analysis of indicators referring to teachers, we realized that, contrary to previous results, the impact of NGP on teacher indexes, when compared to Brazilian numbers, did not show positive results.

**Keywords:** education; management by results; New Public Management; teaching work

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Linha do tempo das principais iniciativas legislativas na educação em Pernambuco, 2000- 2016

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Número de docentes da rede estadual de ensino médio em Pernambuco e no Nordeste do Brasil (2000 – 2018)

Tabela 2. Número de matrículas do ensino médio em tempo integral da rede estadual de Pernambuco, 2007-2018

Tabela 3 - Percentual de adequação de docentes no Ensino por grupo da formação à disciplina que leciona da rede estadual em Pernambuco de todos os grupos, 2013 a 2018 (%)

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Número de matrículas do ensino médio na rede estadual, Pernambuco (2000-2018)

Gráfico 2 – Taxa de distorção idade-série na rede estadual de ensino em Pernambuco no Ensino Médio, 2007 – 2018 (%)

Gráfico 3 – Número de estabelecimentos da Educação Básica do ensino médio por localização da rede estadual em Pernambuco (2000 – 2018)

Gráfico 4 – Taxa de evasão no ensino médio da rede pública de Pernambuco, 2007-2018 (%)

Gráfico 5 – Taxa de repetência no ensino médio, na rede pública em Pernambuco, 2007-2018 (%)

Gráfico 6 – IDEPE do Ensino Médio Público, Pernambuco, 2008-2018

Gráfico 7 – IDEB do ensino médio de Pernambuco de 2005 a 2019

Gráfico 8 - Número de matrículas do ensino médio em tempo integral da rede estadual de Pernambuco, 2007-2018

Gráfico 9 - Número de Estabelecimentos do ensino médio público por Percentual de Matrículas em Tempo Integral em Pernambuco, 2007 a 2018

Gráfico 10 - Percentual de docentes, do Grupo 1 e Grupo 3 no Ensino Médio de adequação por grupo da formação à disciplina que leciona da rede estadual em Pernambuco, 2013 a 2018



## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS</b>	<b>5</b>
<b>SUMÁRIO</b>	<b>7</b>
<b>1 Introdução</b>	<b>8</b>
<b>2 O papel do Estado nas proposições da Nova Gestão Pública</b>	<b>11</b>
2.1 Origens da Nova Gestão Pública na política de educação	14
2.2 - A Nova Gestão Pública no Brasil	15
<b>3 Uma análise dos indicadores de oferta educacional do estado Pernambuco</b>	<b>20</b>
3.1 Uma análise da classe docente pernambucana	32
<b>Referências bibliográficas</b>	<b>39</b>

*“No meio da esperteza internacional  
A cidade até que não está tão mal  
E a situação sempre mais ou menos  
Sempre uns com mais e outros com menos”  
(Chico Science)*

## **1 Introdução**

Historicamente as políticas de gestão dos governos foram desenvolvidas em associação com um modelo de organização corporativa e de Estado. Entretanto, desde meados dos anos 1970, assiste-se ao surgimento de uma nova administração pública que a um só tempo consiga adaptar a gestão do Estado à nova realidade e espelhar a gestão privada dos grupos privados globais bem-sucedidos nas últimas décadas. A mais recente delas inspira boa parte da administração pública ocidental e responde pelo nome de Nova Gestão Pública (VERGER; NORMAND, 2015,).

Entende-se por Nova Gestão Pública, (doravante denominada NGP), o conjunto de teorias e políticas de gestão inspiradas na administração privada que, a partir dos anos 1980, hegemoniza-se no interior dos aparelhos de Estado, em boa parte do mundo. O seu ponto difusor encontra-se na Inglaterra de Margareth Thatcher, desdobrando-se pelos EUA, Austrália, Nova Zelândia e, na sequência, pelo restante do Ocidente.

Na educação, as reformas de 1980 na Grã-Bretanha marcam o início de um processo que ganhará corpo uma década depois, o qual contará com o impulso emanado da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). São ações identificadas com a NGP: a responsabilização (prestação de contas), as técnicas de gestão inspiradas no setor privado, o estímulo à concorrência e a criação de sistemas de incentivos. Assim, a eficácia e a efetividade passam a fazer parte do léxico dos formuladores e gestores das políticas de educação e instrumentos, como as avaliações em larga escala, são associadas à melhoria dos resultados educacionais.

As avaliações internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), transformam o desempenho dos alunos de um país em um indicador da capacidade nacional de imprimir uma melhora qualitativa na educação. Assim, o *ranking* da educação formulado pelo Pisa e outras avaliações internacionais e nacionais serve como argumento e material para a formulação das políticas públicas que geram um impacto real no sistema educacional e nas comunidades escolares.

De acordo com Carvalho e Costa (2017), os países se apropriam dos resultados das avaliações internacionais a partir de especificidades locais. No caso do Brasil, nas últimas décadas, as políticas educacionais e a profissão docente sofreram interferências dos modelos de políticas destinados à população em idade escolar que circulam internacionalmente, e que são interpretados e problematizados internamente.

O Brasil, que participa como convidado do Pisa desde 2000, criou um sistema próprio de avaliação sintetizado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e na adequação do Sistema Nacional de Avaliações da Educação Básica (Saeb) aos moldes internacionais. Ambos os sistemas, serviram para, de certa forma, evidenciar os problemas da educação brasileira que eram apontados nos relatórios do Pisa, legitimando-o nacionalmente.

A assimilação da cultura das avaliações resultou, por exemplo, em uma melhora nos índices de letramento, matemática e ciências medidos pelas provas do Pisa. Porém, mesmo com o esforço estatal em fomentar uma otimização do desempenho dos alunos e professores, a posição que o Brasil ocupa no ranking produzido pela OCDE não é confortável. No ranking confeccionado pelo Pisa em 2019 (OCDE, 2019) o resultado brasileiro está estagnado desde 2009, já o Ideb, por sua vez, se encontra distante da meta colocada pelo PNE<sup>1</sup>.

Todavia, cabe mencionar, que existem muitas críticas à gestão do sistema educacional baseado no sistema de responsabilização que privilegia as avaliações em larga escala (MALET, 2019; LINGARD, 2016). A troca de perspectiva da esfera pública e a sobreposição da lógica empresarial sobre a social, para a gestão

---

<sup>1</sup> Atinge atualmente a nota 3,5, não alcançando a meta de 4,0 prevista para 2015 e distante do índice ideal de 6,0.

educacional, fazem com que as políticas geradas sobre essa nova égide correspondam aos requisitos formais, como o desempenho, e deixe de lado ou minimize questões sociais, como a evasão e o insucesso escolar.

Apesar das críticas, a influência da NGP e da cultura das avaliações segue crescendo no Brasil, ainda que sua assimilação ocorra de forma bastante diferenciada entre os estados e municípios no país (OLIVEIRA, 2019).

Em Pernambuco, a influência gerencialista na política educacional pode ser observada desde 2002, quando de forma contínua os diferentes governos adotam medidas de flexibilização e descentralização da gestão escolar, sistema de avaliação do aprendizado, de bonificação etc. (LIRA, 2020).

Os resultados colhidos pelo estado, considerando a nota no Ideb, por exemplo, são constantemente celebrados. Todavia, a análise do sistema educacional apenas pela ótica das avaliações pode contribuir para uma apreciação apenas parcial da situação educacional de uma determinada localidade. Nesse ponto de vista, com o objetivo de compreender as especificidades da implementação de políticas inspiradas na NGP em Pernambuco e seus resultados, pretende-se confeccionar um amplo conjunto de indicadores educacionais que permita caracterizar, de forma mais abrangente, o sistema educacional do estado.

Por isso, esta monografia teve por objetivo comparar a realidade dos indicadores após as reformas implementadas no bojo do movimento da Nova Gestão Pública na educação básica do estado de Pernambuco no período 2007-2018, procurando compreender qual foi a adesão dos gestores públicos do estado às ações identificadas com a NGP e se os dados sofreram transformações após essas diretivas.

Também procuramos analisar os resultados das avaliações em larga escala no sistema educacional público do estado, procurando confeccionar e analisar os indicadores de oferta da rede pública de educação. Procuramos confeccionar e analisar as taxas de abandono, repetência e distorção idade-série na rede estadual. Focamos também na confecção e análise dos indicadores do trabalho docente no estado na última parte do texto.

Portanto, a pesquisa adotou, especialmente, técnicas quantitativas de coleta e análise de dados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Os procedimentos adotados são: 1) levantamento bibliográfico; e 2) análise de dados secundários.

Para realização do estudo bibliográfico foram selecionados livros, trabalhos acadêmicos (dissertações e teses), artigos, boletins sindicais e relatórios internacionais e nacionais, com o intuito de contextualizar o tema e conceber o referencial teórico.

Os dados quantitativos foram extraídos dos microdados do Censo Escolar. O Censo Escolar é uma base de dados com informações declaratórias, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep). O censo é disponibilizado em nível de microdados e permite o cálculo e o acompanhamento de diversos indicadores educacionais do alunos até os docentes.

Além disso, escolhemos para analisar o percurso da nova gestão pública no estado de Pernambuco, confeccionar uma linha do tempo com as principais iniciativas legislativas com ações alinhadas a NGP, para isso acessamos o *site* Alepe Legis, plataforma que agrega as iniciativas legislativas do estado e selecionamos os filtros de pesquisa para especificar e selecionar as política gerencialistas, são as palavras-chave: Educação - Desempenho - Bonificação - Gestão - Avaliação. Depois desse processo, selecionamos as iniciativas legislativas que implementaram, ou mudaram, de forma concretas o sistema educacional em direção às normas da NGP e percebemos os pontos de inflexão e os principais aspectos que formam os três pilares da implementação e reprodução da NGP em Pernambuco.

## **2 O papel do Estado nas proposições da Nova Gestão Pública**

A crise econômica dos anos 1970, a alta na inflação e as baixas taxas de crescimento combinadas às novas demandas da reestruturação do capital<sup>2</sup> serviram como uma espécie de substrato para as críticas ao Estado de bem-estar social feita

---

<sup>2</sup> Para ler mais sobre a reestruturação do capital ver HARVEY (2009).

pelos neoliberais<sup>3</sup> desde os anos 1947 nas reuniões da Sociedade de Mont Pélerin (ANDERSON, 1995). A crítica e a criminalização da gestão burocrática do Estado, acusada de gastar muito e gastar mal, vai legitimar a defesa de uma gestão gerencial, que limita a sua atuação e abre espaço para iniciativa privada e a competição nos moldes do mercado tradicional, difundindo seus axiomas empresariais da administração, do desempenho e da avaliação.

Segundo Duarte (2019), o discurso outrora hegemônico de um Estado de bem-estar social moderno e atualizado foi suplantado pela crítica de pretensa morosidade, ineficiência e incapacidade de avaliar e acompanhar seus investimentos de maneira científica e empírica, a despeito dos avanços sociais promovidos por eles (MAZZUCATO, 2014). Por isso, para suplantar essa falha, surge o que Dalila Oliveira (2020) chama de Nova Gestão Pública, que é uma “nova” forma de gerir o Estado mimetizando os avanços da administração empresarial com a lógica do serviço público (OLIVEIRA, 2020; DUARTE 2019).

A NGP opera como uma contraposição à administração pública e burocrática, se instalando como uma crítica à gestão dos Estados, “promovendo ataques às hierarquias, à centralização do poder e das decisões, à rigidez das estruturas governamentais” (OLIVEIRA, 2020, p.87), ou seja, enfraquecendo a participação e a autonomia da gestão pública do Estado.

Esta postura crítica da forma de governança neoliberal, promotora de austeridade fiscal e apologista do Mercado foi adotada por duas potências econômicas da época: a Inglaterra de Thatcher e os Estados Unidos de Reagan. Os Estados que adotaram a NGP tornaram-se vitrine de um novo modelo, na intenção de subverter os anteriores, pois de acordo com Duarte (2019), a NGP se fundamenta na crítica ao tamanho do Estado e tem por projeto a sua redução “à função de mediador na economia mundial, cuja tarefa seria de facilitar os meios para que a economia nacional se apresente ou se torne internacionalmente competitiva” (p.42). Ou seja, retira do Estado o papel de principal fornecedor de serviços públicos de assistência social. Além disso, ao entender o mercado como algo natural ou espontâneo, no campo exclusivamente privado, ignora a atuação estatal para o seu bom funcionamento.

---

<sup>3</sup> Andrade (2019) problematiza o uso do termo neoliberalismo nas ciências sociais e localiza a utilização num campo mais amplo que simplesmente econômico e neoclássico.

A adoção da NGP pelos estados, após a crise econômica dos anos de 1970, visava responder de maneira científica, técnica e “imparcial” às demandas produtivas do mundo capitalista. O léxico empresarial, como desempenho, avaliação e responsabilidade, proveniente deste novo modelo de gestão, são, na perspectiva de Bresser-Pereira (1999), os mais qualificados para responder a essa nova fase do capitalismo mundial, recuperando uma legitimidade burocrática e colocando em prática os ensinamentos da administração de empresas. É o que Frigotto (1999) chama de uma aura científica capaz de aferir empiricamente, através de métodos quantitativos, o sucesso ou o fracasso das decisões tomadas.

Por isso, do ponto de vista político, pode ser entendido como uma crítica a gestão burocrática do Estado de Bem-estar social e seu planejamento centralizado. Já do ponto de vista epistemológico, suas bases estão no novo institucionalismo, uma vez que surge como uma contraposição à administração pública, influenciando novos modos de governo e também de organizar e gerir a coisa pública (OLIVEIRA,2020; DUARTE, 2019).

Porém, na prática e ideologicamente, a ideia de uma neutralidade, de acordo Konder (2020), deve ser descartada, uma vez que a NGP advoga em defesa do mercado, pensando a instrução da iniciativa privada como um caminho em direção à privatização direta dos serviços públicos ou de uma colonização das ideias, em confluência com o que Lima (2018) chama de privatização em *Lato sensu* e que Freitas (2018) chama de reformas empresariais.

A NGP pode ser entendida como um conjunto de regras administrativas que trazem uma compreensão liberal do problema público e tem como axioma o léxico empresarial do desempenho e da *accountability* (AFONSO, 2012). Para Verger e Normand (2015) consiste no programa de reforma

del sector público que aplica conocimientos y instrumentos de la gestión empresarial y disciplinas afines, y que tiene como finalidad “[...] mejorar la eficiencia, la eficacia y el rendimiento general de los servicios públicos en las burocracias modernas”. (VERGER; NORMAND, 2015, p. 599)

Segundo Enguita (1995), a ruptura oriunda do fim das políticas de Bem-Estar social e a ascensão da ideologia neoliberal proveniente da lógica do mercado, provocou uma troca de prioridades. Antes, a qualidade do serviço público era

medida pelo maior gasto de recursos. Agora, dentro da lógica do mercado, é o maior desempenho com o mínimo de gasto que serve como principal diretriz da administração do Estado. Ou seja, “Esta já não é a lógica dos serviços públicos, mas da produção empresarial” (ENGUIITA, 1995, p. 98)

## 2.1 Origens da Nova Gestão Pública na política de educação

Na educação, a ideologia neoliberal, entendida em seu sentido amplo, usado pelas ciências sociais (ANDRADE, 2019), age como uma justificativa para a individualização da responsabilidade social, colocando sobre o indivíduo e a família uma escolha a se fazer, em abstrato. A educação, para os neoliberais deve ser entendida como mercadoria, pois, assim como Laval (2004) elucida, para eles

[...] toda atividade, ela é assimilável a um mercado competitivo no qual empresas ou quase-empresas, especializadas na produção de serviços educativos, submetidas a imperativos de rendimento, pretende satisfazer os desejos de indivíduos livres nas suas escolhas (p.89).

Ou seja, a educação, entendida agora como uma mercadoria, estaria à disposição da dinâmica do mercado. A crítica à antiga gestão da educação feita pela NGP era animada numa pretensa ineficiência na avaliação por parte do Estado. Como consequência, para esses gestores só a capacidade de comprovação empírica do desempenho do alunado, em termos quantitativos e avaliativos, permitiria alcançar o sucesso, ajustando em tempo real o sistema educacional.

Repare que o problema é evidenciado pela gestão empresarial e a solução é vendida por ela mesma. Pois, uma vez que a naturalização de uma gerência privada orientada pelas “demandas individuais e necessidades sociais de mão-de-obra” (LAVAL, 2004. p.89) se instala, se instala concomitantemente, as iniciativas de privatização da educação, seja em *stricto sensu* com a oferta de vouchers (FREITAS, 2018) ou em *lato sensu*, com a difusão de estratégias de gestão orientada para a necessidades do mercado (LIMA, 2018) e a gestão por resultados (NORMAND, 2019)



Na educação, a adoção da NGP vem em comunhão com a ideia da gestão privada, ou privatização do serviço público para garantir uma competitividade que só o ambiente e o léxico empresarial pode garantir. A ideia neoliberal da gestão educacional é mudar o entendimento do que é uma boa educação, transformando o resultado final de avaliações padronizadas no medidor de sucesso.

A introdução da NGP na educação se deu primeiramente na realidade britânica, com a reforma dos anos de 1980, gerando uma repercussão sobre a escola. Entretanto, a sua difusão em larga escala se deu nos anos de 1990, quando órgãos internacionais como a OCDE, o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), juntos com organismos regionais e nacionais vinculados a eles tomaram a perspectiva da NGP na educação como principal frente de atuação internacional (FRIGOTTO, 1995; OLIVEIRA 2020; FREITAS, 2018).

Logo, para responder às novas demandas do capital por mão de obra qualificada, essa forma de gerir a educação que, ao mesmo tempo critica o Estado e a gestão educacional burocrática, levou Estados nacionais, principalmente aqueles que não tiveram acesso ampliado ao Estado de Bem-estar social, adotarem o regime de Nova Gestão Pública implementando os sistemas de avaliação e direcionando as políticas educacionais<sup>4</sup> em direção às políticas de *accountability*<sup>5</sup> que afetam não só a gestão, mas, também, o trabalho docente. É preciso destacar o cenário crítico das transições democráticas e início democrático na América Latina, coincidente com a crise econômica e a desorganização orçamentária.

---

<sup>4</sup> A sociedade civil enclausurada no privado não pode imputar a generalidade que os interesses e as instituições estatais parecem servir. Por isso, elas se apresentam como portadoras dos interesses públicos e, muitas vezes, do universal. As políticas públicas emanadas pelo Estado apresentam-se como dirigidas por interesse universal, ainda que focalizadas a determinados públicos-alvo. Contudo essas políticas são resultantes de disputas em que os grupos organizados tentam legitimar como universal, acima de particularismo, seus próprios interesses (OLIVEIRA, 2010)

<sup>5</sup> Na gestão da educação pública, os princípios da NGP traduziram-se, sobretudo, na forma de políticas de desregulamentação, descentralização e flexibilização da gestão escolar a partir de modelos de governança que lançam mão fortemente de mecanismos de mercado e de responsabilização (*accountability*) para alcançar os objetivos traçados para a educação. (DUARTE, 2019, p.46)

## 2.2 - A Nova Gestão Pública no Brasil

No Brasil a recepção da NGP acontece no final da década de 1990, quando, segundo Freitas (2018, p. 9), “uma coalizão de centro-direita [...] introduziu no Brasil, de forma sistemática, um movimento pelas 'referências nacionais curriculares’” em comunhão com a agenda mundial da gestão pública empresarial na educação. De acordo com Neto (2018), foi a partir dos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC, que um ciclo de reformas burocrático-gerenciais, alinhadas à discussão da nova gestão pública, foi feito com a justificativa de modernizar as instituições do Estado Brasileiro.

Para Duarte (2019), as reformas gerenciais brasileiras estavam afinadas com o que acontecia no mundo, repetindo a crítica à burocracia, fazendo uma ode à neutralidade e natureza técnica dos empreendimentos empresariais elevando a responsabilidade individual dos atores, ou seja, responsabilizando a escola, os professores e as famílias pelo bom desempenho dos educandos.

Porém, mesmo que a virada em direção a uma gestão empresarial do Estado se dê nos anos de 1990, iniciativas anteriores, do mesmo tom, como a implementação de processos de avaliação de larga escala na educação e a luta empresarial pela expansão da educação polivalente intimamente ligada às demandas do mercado de trabalho, aconteceram (FREITAS, 2018; FRIGOTTO, 1995). Mas como dito acima, foi nessa gestão, de viés neoliberal, que percebemos o aumento ou a reorganização destas iniciativas políticas e maior promoção de avaliações na educação e direcionamento no sentido da *accountability*.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, instituído pela emenda constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, pelo governo FHC, abriu o caminho para uma nova política de financiamento da educação pública e ajudou o país na universalização do ensino fundamental (DUARTE, 2019). É também nesta época que os sistemas de avaliação, enquanto uma face das políticas de responsabilização provenientes da NGP, tomam forma e o Estado começa a se estruturar como Estado avaliador, seguindo as diretrizes propostas por órgãos internacionais como a OCDE e o Banco Mundial, que advogam em defesa desta característica administrativa, conforme a

“[...] imputação de um lógica competitiva entre os estabelecimentos de ensino via publicização dos resultado obtidos nas avaliações externas em âmbito federal e estadual” (DUARTE;OLIVEIRA, 2014, p. 71).

Porém, segundo Freitas (2018) e Oliveira (2020), o avanço de práticas neoliberais tiveram uma pequena interrupção com a chegada do governo do Partido dos Trabalhadores - PT, quando Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, outrora operário torneiro mecânico e sindicalista, eleito em 2002 a partir de uma crítica às reformas no Estado e contrário às privatizações.

Contudo, mesmo que o plano do Governo fosse contradizer as reformas da Nova Gestão Pública, segundo Oliveira (2020), aconteceram por outros meios. Pois, em certa medida, as políticas alinhadas e mimetizadas com a gestão empresarial permaneceram, o que manteve a educação em disputa, com um movimento pendular e ambíguo. Visto que, apesar de desenvolver políticas e programas que permitiram uma maior amplitude da inclusão social, os parâmetros avaliativos de desempenho foram-se enraizando na gestão, se tornando cada vez mais um argumento ou uma validação de políticas sociais e reformas administrativas (LINGARD, 2016).

A qualificação do que é uma boa educação e o que é uma má educação, baseando-se sempre nos resultados avaliativos, buscando melhorar a performance dos alunos e o desempenho dos professores, através de técnicas administrativas de treinamento e bonificação, foi sendo introduzido na realidade da escola pública brasileira.

O Brasil é um país federativo, possui 27 unidades federativas, 5.570 municípios espalhados pelas 5 regiões geográficas cada qual com suas particularidades culturais, sociais e administrativas. Por se tratar de uma federação, cada ente possui autonomia relativa para determinados assuntos, entre eles a gestão da educação. Segundo Neto (2018), os governos estaduais e municipais estão inseridos e limitados ao federalismo brasileiro, “tendo que se adequar às regras prevaletentes e/ou trabalhar politicamente para lograr, em meio a um ambiente federativo nem sempre favorável, a sua alteração” (p. 165). Ou seja, a gestão da educação, um dos objetos de nossa pesquisa, faz parte de um campo de conflito entre os interesses dos entes estaduais, municipais e federais.

De acordo com Duarte e Oliveira (2014), estas reformas inspiradas nos critérios administrativos da NGP indicam que houveram mudanças nos sistemas educacionais que acompanharam uma tendência mundial, ao mesmo passo que intensificava o processo de precarização do trabalho docente..

As reformas dos sistemas educacionais promovidas nas últimas décadas na América Latina, em especial no Brasil, promoveram a ampliação do direito à educação e o acesso a grupos antes marginalizados, mas também provocaram intenso processo de degradação da carreira do magistério, derivado, dentre outros aspectos, pelas precárias condições de trabalho ofertadas"(DUARTE; OLIVEIRA, 2014, p. 75-76).

Portanto, na nossa pesquisa tivemos por objetivo compreender como a implementação da NGP no estado de Pernambuco, em termos institucionais e práticos, afetou os principais indicadores tanto da oferta educacional do ensino médio estadual, quanto dos números referentes aos professores desta etapa de ensino. Sabemos que a gestão foi transpassada por influências de diversos níveis e por isso, no item subsequente analisamos as principais iniciativas institucionais elencando os pilares da NGP na gestão estadual.

### **2.3 Nova gestão pública em Pernambuco**

Podemos observar que cada vez mais a avaliação quantitativa dita às regras da educação. No caso de Pernambuco, a implementação gradual de políticas alinhadas à mudança de gestão pública se relaciona com as mudanças estruturais das décadas de 1980 e 1990.

Em Pernambuco, o que simbolizou o início da cultura da NGP foi a implementação do Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco (Saepe), nos anos 2000, que, como podemos observar na Figura 1, inicia um ciclo que contém diversas iniciativas do campo educacional que se alinham com as noções empresariais da NGP.

A figura contém as principais iniciativas legislativas alinhadas à gestão por resultado de 2000 a 2018. Ela contém as leis a quais instituem: o programa de bonificação para profissionais da educação (Lei n.13.486/2008; Lei n. 14.514/2011; Lei n. 15.973/2016); que condiciona a distribuição de recursos aos resultados das avaliações (Lei n. 13.368/2007)<sup>6</sup>; que estabelecem a obrigatoriedade da

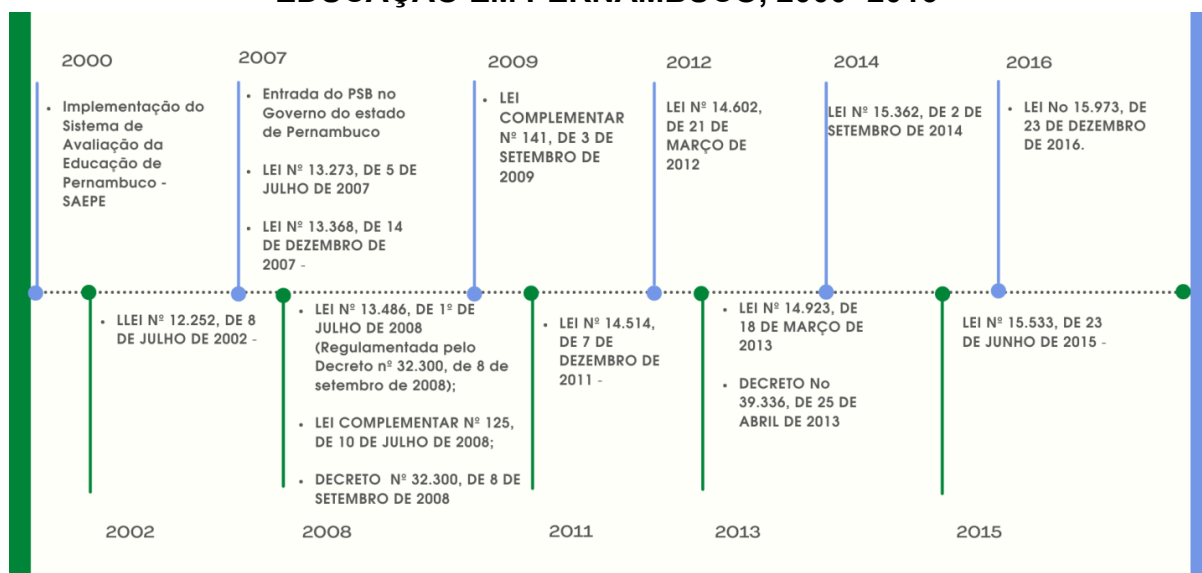
---

<sup>6</sup> Modificada pela Lei no 15.362/2014

publicização dos índices alcançados nas avaliações de larga escala por unidade escolar (Lei n. 14.602/2012); e institui premiação para municípios com melhores resultados nas avaliações em larga escala (Lei n. 14.923/2013).

Destaca-se, também, a Lei 13.273/2007, denominada Lei de Responsabilidade Educacional do Estado de Pernambuco, que descortina o estilo de gestão pretendido, baseado na definição de indicadores quantitativos que sintetizem o desempenho das instituições de ensino, bem como definem suas metas<sup>7</sup>. Nesse sentido, o sucesso escolar vincula-se aos resultados aferidos e à política de incentivos (e de responsabilização) aos professores.

**FIGURA 1:  
LINHA DO TEMPO DAS PRINCIPAIS INICIATIVAS LEGISLATIVAS NA  
EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO, 2000- 2016**



Fonte: Elaboração própria.

Nesta linha do tempo podemos observar que o principal ponto de inflexão na gestão educacional pernambucana é a entrada do Partido Socialista Brasileiro (PSB), no ano de 2007, na gestão do governo do estado, com o primeiro mandato de Eduardo Campos. A gestão intensificou a adoção de um conjunto de políticas educacionais e pactos, como o Pacto pela Educação, com o intuito de arrojar a administração pública e educacional nos preceitos da NGP.

<sup>7</sup> Conforme expresso na referida Lei, a Secretaria Estadual de Educação produz anualmente o relatório com esses indicadores

Segundo Duarte (2018), a gestão educacional por desempenho, que tem por base a NGP, em Pernambuco, teve a sua implementação verticalizada, de cima para baixo, e assegurada por um denso arcabouço institucional. Consideramos que existem, neste conjunto de iniciativas institucionais, três principais pilares que sustentam essa estrutura jurídica que permite tanto a propagação quanto o relativo sucesso dessa gestão, são eles: O BDE e a cultura de premiação; as políticas de propaganda dos índices e resultados; e o foco na escola em tempo integral<sup>8</sup>.

Antes de debruçarmos sobre esses pilares e sobre os índices dos professores<sup>9</sup>, objetos da nossa pesquisa, pretendemos cotejar a adoção da NGP com os principais índices de oferta educacionais do estado, para entender e avaliar os resultados posteriores às reformas, e entender a importância do arcabouço jurídico apresentado na Figura 1 para os resultados dos indicadores educacionais e docentes.

### **3 Uma análise dos indicadores de oferta educacional do estado Pernambuco**

Neste item analisaremos, a partir de um recorte temporal (2007-2018)<sup>10</sup>, os principais indicadores da oferta educacional do estado de Pernambuco, a partir das Sinopses do censo escolar do ensino básico, e em específico do Ensino Médio, responsabilidade do ente estadual, com intuito de perceber como a política de gestão por resultados e as reformas produzidas sob esta égide afetou os indicadores escolares e docentes.

A rede educacional do estado de Pernambuco, responsável, de acordo com a constituição brasileira de 1988, pela oferta do ensino médio<sup>11</sup>, teve, em 2018, 278.512 mil matrículas nesta modalidade.

---

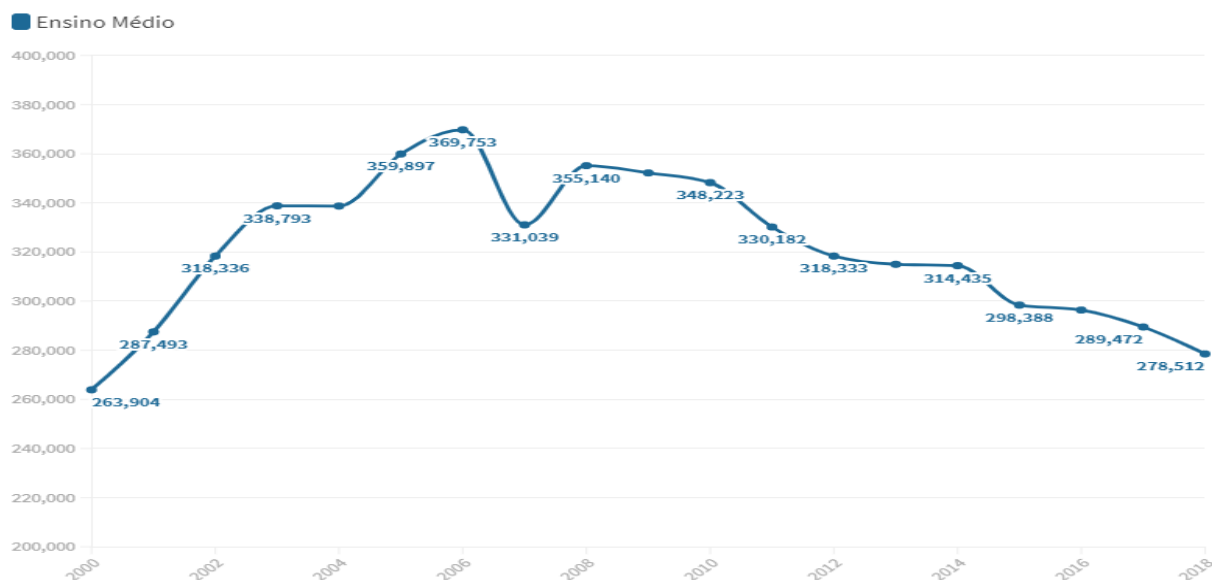
<sup>8</sup> Instituída pela Lei Complementar nº 125/2008

<sup>9</sup> Pois, de acordo com a literatura sobre a qualidade da educação, seja promovida pelos principais órgãos internacionais alinhados à gestão neoliberal, ou seja, por aqueles que criticam esse entendimento, são os professores os principais responsáveis pela melhoria da educação.

<sup>10</sup> Que pode variar de acordo com a disponibilidade dos dados das Sinopses do Censo Escolar do Ensino Básico

<sup>11</sup> Porém, ao consultar os dados secundários do Censo Escolar, percebemos um número residual de estabelecimentos que ofertavam o ensino fundamental.

## GRÁFICO 1 NÚMERO DE MATRÍCULAS DO ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL, PERNAMBUCO (2000-2018)



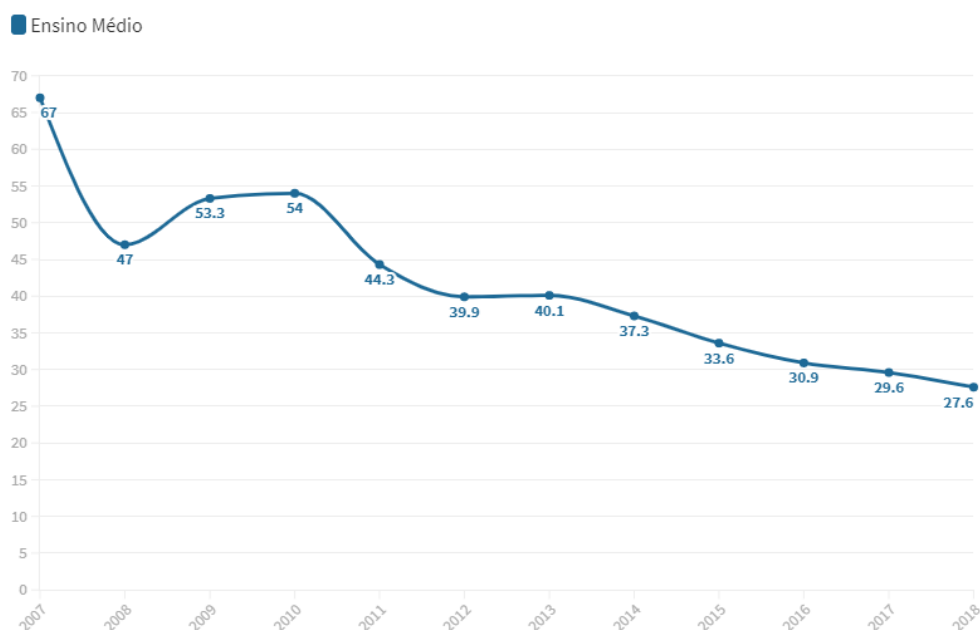
Fonte: Inep, 2000 – 2018

Como podemos observar no Gráfico 1 o número de matrículas no ensino médio seguiu crescendo na primeira década 2000, tendo seu ápice em 2006, quando o sistema estadual contou com quase 370 mil matrículas. Após esse pico de matrículas, observamos uma diminuição gradual que se inicia em 2006 e se aproxima ao número de matrículas registrado no ano 2000. Esta diminuição pode ter sido consequência dos dados censitários

Veremos à frente, quando analisarmos o que chamamos de pilares da implementação da NGP no estado, alguns indicadores específicos, como oferta de matrículas em escolas de tempo integral (Tabela 2 e Gráfico 8) e os indicadores provenientes de avaliações de larga escala como o IDEB e o Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE), presentes na Gráfico 7 e Gráfico 6, importantes marcadores para a distribuição de bonificações para a comunidade escolar e o município.

No que tange aos indicadores de rendimento escolar<sup>12</sup>, apresentaremos no Gráfico 2, a taxa de distorção idade-série no ensino médio da rede estadual de Pernambuco, a qual vem apresentando uma queda considerável nos últimos anos.

**GRÁFICO 2**  
**– TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NA REDE ESTADUAL DE ENSINO EM PERNAMBUCO NO ENSINO MÉDIO, 2007 – 2018 (%)**



Fonte: Censos Escolares, Inep. 2008 – 2019.

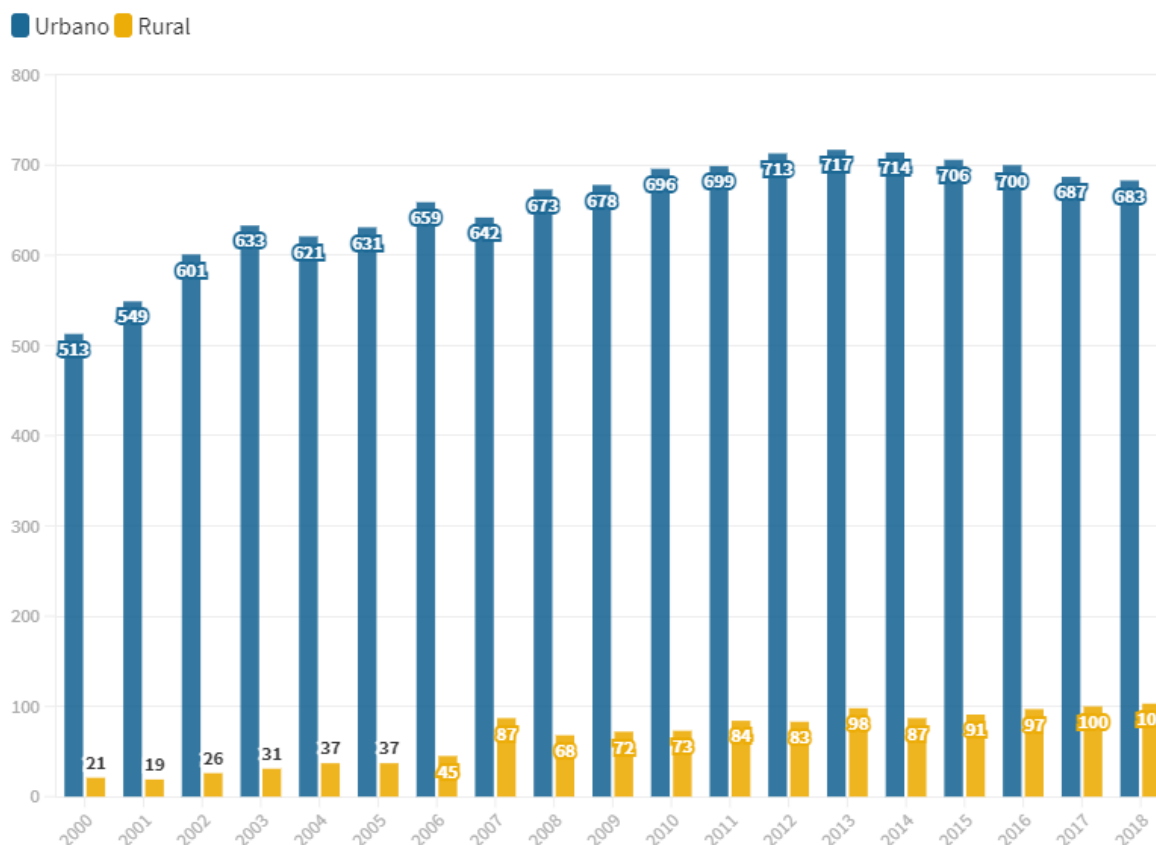
A distorção idade-série, de acordo com o Inep, “é o indicador educacional que permite acompanhar o percentual de alunos, em cada série, que têm idade acima da esperada para o ano em que estão matriculados”<sup>13</sup>, ou seja, essa diminuição é positiva, pois em 2007 quando 67% dos alunos matriculados no ensino médio eram mais velhos do que a idade esperada para aquele nível de ensino, o que poderia indicar uma taxa de reprovação ou de abandono alta, tem uma redução significativa em 2018, quando o número de alunos do ensino médio pernambucano fora da idade recomendada na legislação brasileira era de 27,6%, estando, assim, menor do que o indicador nacional (28,2%, em 2018).

<sup>12</sup> Parte constitutiva do cálculo dos indicadores provenientes das avaliações externas como IDEB e IDEPE

<sup>13</sup>Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/indicador-apresenta-distorcao-idade-serie-para-ensino-fundamental-e-medio/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/indicador-apresenta-distorcao-idade-serie-para-ensino-fundamental-e-medio/21206) Acesso em: 28/08/2021



**GRÁFICO 3**  
**NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ENSINO MÉDIO POR LOCALIZAÇÃO DA REDE ESTADUAL EM PERNAMBUCO (2000 – 2018)**



Fonte: Censos Escolares, INEP. 2000- 2018

No Gráfico 3, vemos que a maioria dos estabelecimentos da educação básica de responsabilidade do estado está na zona urbana. Em 2018, nas 786 escolas estaduais que ofertam o ensino médio, apenas 13,1% delas estavam localizadas na zona rural, porém quando analisamos toda a amplitude do recorte temporal de 2000 a 2018, percebemos que houve uma pequena melhora na distribuição dos estabelecimentos por localização. Por exemplo, no ano 2000 apenas 21 escolas do ensino médio estavam disponíveis para os educandos residentes na zona rural do Estado, ou seja, apenas 3,9% dos estabelecimentos.

A seguir, na Tabela 1, fizemos uma comparação entre o número de funções docentes<sup>14</sup> atuando no ensino médio no Nordeste e em Pernambuco de acordo com o recorte temporal de 2000 a 2018.

**TABELA 1**  
**NÚMERO DE DOCENTES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO EM**  
**PERNAMBUCO E NO NORDESTE DO BRASIL (2000 – 2018)**

Ano	Pernambuco	Nordeste
2000	10.221	51.305
2001	12.431	61.431
2002	13.169	72.192
2003	14.975	82.045
2004	13.135	83.509
2005	13.530	85.006
2006	13.536	88.190
2007	13.798	78.793
2008	17.485	93.390
2009	18.047	96.207
2010	18.255	98.654
2011	16.787	97.926
2012	16.495	98.293
2013	16.324	99.419
2014	16.301	102.318
2015	15.801	104.704
2016	15.099	100.912
2017	14.177	99.241
2018	13.970	99.103

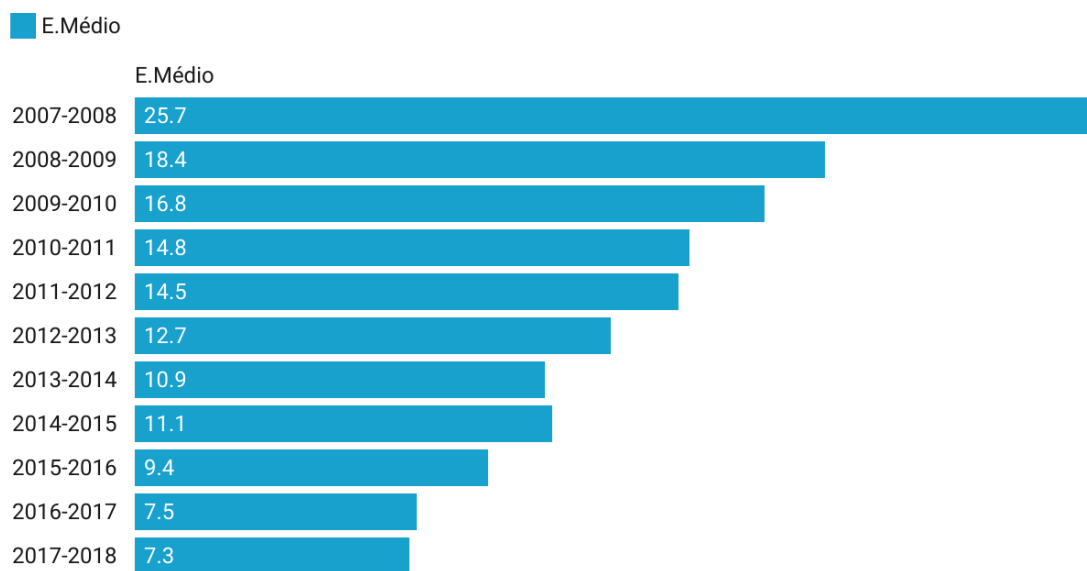
Fonte: INEP, 2001 – 2019.

Os professores pernambucanos alocados na rede estadual de ensino médio somavam, em 2018, cerca de 14% dos docentes do Nordeste. Ao analisar o Tabela 1, vemos que a taxa de crescimento dos docentes do ensino médio da rede pública do estado é de 36,7%, quando analisamos o total da série. Porém, quando comparado com a taxa de crescimento dos docentes do ensino médio público do Nordeste, que é 93,1%, vemos que Pernambuco fica longe do indicador da região.

<sup>14</sup> De acordo com a nota técnica da Sinopse do Censo da Educação Básica, do Inep.

No Gráfico 4, vemos que a taxa de evasão no ensino médio da rede pública de Pernambuco, de 2007 a 2018<sup>15</sup>, apresenta queda.

**GRÁFICO 4**  
**TAXA DE EVASÃO NO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DE PERNAMBUCO, 2007-2018 (%)**



Fonte: Censos Escolares, INEP. 2007 – 2018

Quando comparamos a taxa de evasão de 2007-2008 do ensino médio público de Pernambuco, que de acordo com o Gráfico 4 era de 25,7%, com a do Brasil, no mesmo ano, que era 15,5%, percebemos que a taxa de Pernambuco era superior a do Brasil. Porém, quando analisamos o biênio de 2017-2018 Pernambuco apresenta 7,3% de taxa de evasão e o Brasil 9,5%, ou seja, Pernambuco de 2007 até 2018 conseguiu, a partir de um conjunto de políticas públicas alinhadas a gestão por resultados, ter uma taxa de evasão menor que a do Brasil.

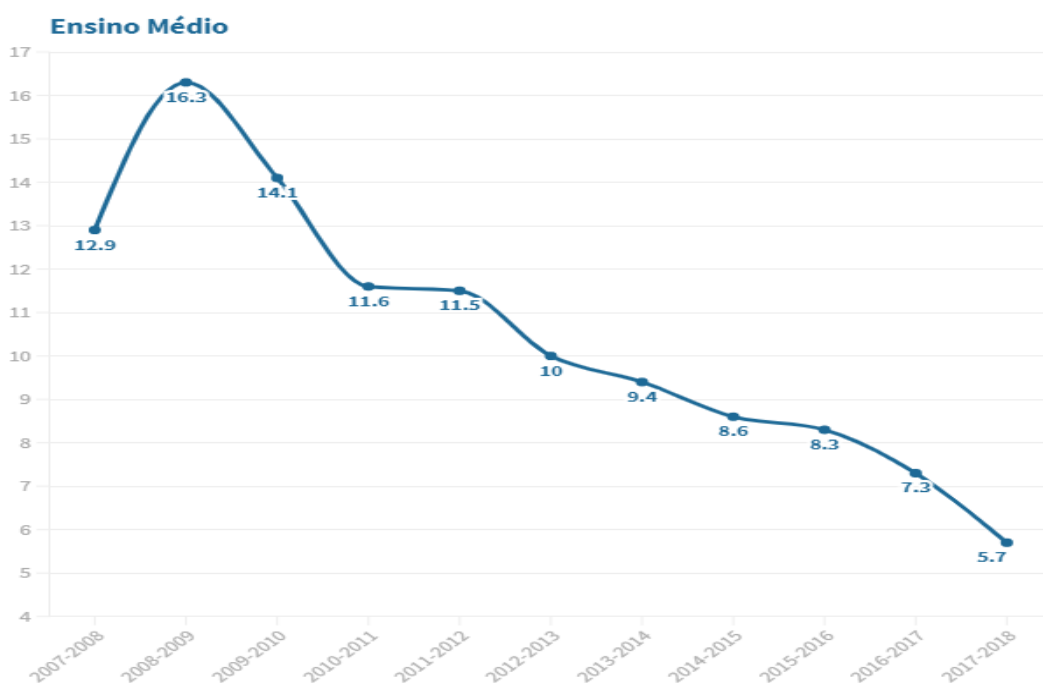
A queda na taxa de evasão significa que o ensino médio pernambucano é atrativo e permite que o educando permaneça matriculado até o fim período letivo. Porém, não se pergunta, em última instância, onde estão esses jovens que evadiram. Também pouco se sabe sobre os jovens que não ingressam no ensino

<sup>15</sup> Disponível em:  
<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-transicao> Acesso em: 01/08/2021

médio. Este é um problema que deve ser analisado de forma qualitativa na tentativa de conhecer melhor os alunos pernambucanos.

Parte do cálculo do BDE, a taxa de repetência (Gráfico 5) também vem caindo, como a taxa de evasão, desde 2007, quando quase 13% dos alunos do ensino médio da rede pública haviam reprovado e estavam contribuindo para o aumento da distorção idade-série<sup>16</sup>.

**GRÁFICO 5**  
**TAXA DE REPETÊNCIA NO ENSINO MÉDIO, NA REDE PÚBLICA EM**  
**PERNAMBUCO, 2007**  
**-2018 (%)**



Fonte: Censos Escolares, INEP. 2008 – 2019.

Como podemos observar, a adoção de iniciativas institucionais e políticas educacionais alinhadas à gestão por resultados vêm apresentando indicadores positivos. O BDE, que nada mais é do que uma premiação para o alcance de metas pré-definidas, como dito antes, visa criar ou simular, um ambiente empresarial na educação e o tratamento dela como mercadoria.

<sup>16</sup> Segundo Gráfico 2, 67% era a taxa de distorção idade-série do ensino médio na rede estadual pernambucana.

O Bônus de Desempenho Educacional (BDE) instituída pela Lei nº 13.486, de 1º de julho de 2008 e Regulamentada pelo Decreto nº 32.300, de 8 de setembro de 2008, que tem por objetivo “fortalecer a política de valorização e remuneração dos profissionais da educação, visando, primordialmente, à melhoria da qualidade do ensino prestado nas Unidades Escolares da Rede Estadual” (PERNAMBUCO, 2008), é um dos pilares institucionais da NGP em Pernambuco.

O bônus do BDE é selecionado a partir de um cálculo entre o desempenho dos estudantes participantes das principais avaliações de larga escala: o Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco – SAEPE e o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB<sup>17</sup> e o fluxo dos alunos nas diferentes séries registrado pela taxa de aprovação, tendo como parâmetro “a meta específica para cada unidade escolar, estabelecida em Termo de Compromisso de Gestão Escolar” (PERNAMBUCO, 2008) que é feita anualmente pela gestão da escola em comunhão com a secretaria de educação. Essa estrutura contribui para a criação de uma cultura de avaliação.

Apesar de não integrar a remuneração dos servidores beneficiados, o BDE, de acordo com Lira e Marques (2019) é uma verba gasta em uma política que simula a premiação por desempenho meritocrático, visando valorizar a classe. Pois, “parece que essa política de bonificação ficou confundida com uma melhoria salarial, o que geraria menos resistência daqueles que concorrem ao seu recebimento e, provavelmente, não contam com salários tão atrativos” (LIRA; MARQUES, 2019, p. 28).

Segundo Freitas (2018), que defende a ideia de que está em curso na educação brasileira uma reforma empresarial aos moldes da NGP descrita por Oliveira (2020), “os resultados das avaliações passam a guiar a vida das escolas” e o índice passa a ser interpretado como último objetivo, como fim.

Um dos três pilares, junto com a política de bonificação salarial para os gestores<sup>18</sup> e os professores<sup>19</sup>, é a política de *ranqueamento*. Um conjunto de políticas educacionais, práticas escolares e iniciativas institucionais, como a Lei Nº 14.602, de 21 de março de 2012<sup>20</sup> que obriga as escolas a divulgar um cartaz com o

---

<sup>17</sup> Nos anos em que a prova é aplicada

<sup>18</sup> LEI No 15.973, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016 Institui o Adicional de Eficiência Gerencial - AEG no âmbito da Rede Estadual de Educação e altera a legislação que indica.

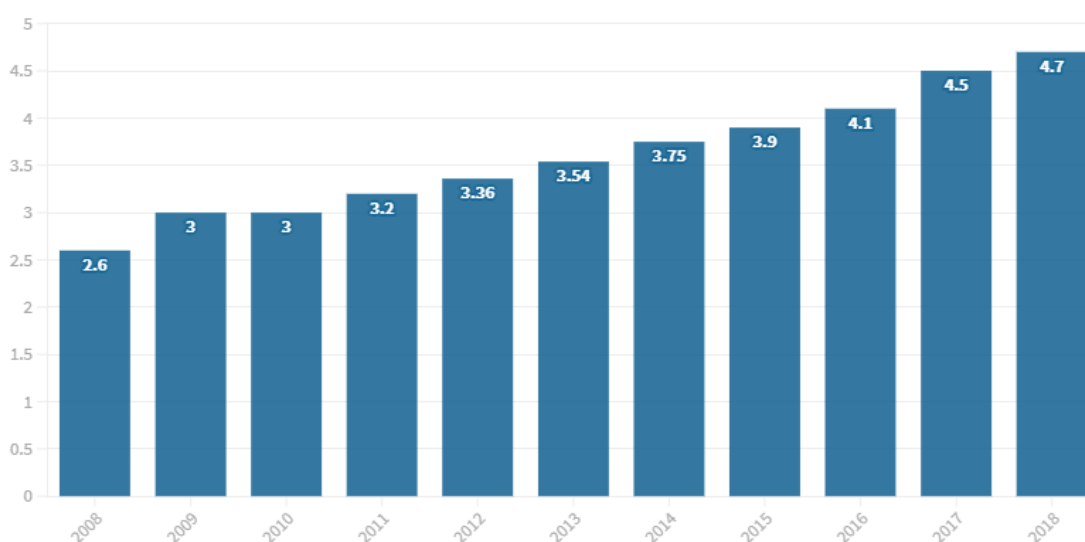
<sup>19</sup> BDE (PERNAMBUCO, 2008)

<sup>20</sup> Dispõe sobre a divulgação do índice de desenvolvimento da educação básica - IDEB nas escolas pública da rede estadual de ensino.

resultado do IDEB, intimamente ligados à natureza quantitativa que induz o individualismo e competição nos moldes do neoliberalismo, e contribuem para o aprofundamento da cultura *datificada* nas comunidades escolares.

O Gráfico 6 trata do desempenho dos alunos do ensino médio da rede estadual de educação no Índice de IDEPE, que é o indicador de qualidade da educação pública estadual que permite diagnosticar e avaliar a evolução de cada escola, ano a ano<sup>21</sup>. Podemos ver que a adoção da NGP contribuiu para a melhoria do indicador avaliativo.

**GRÁFICO 6**  
**IDEPE DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO, PERNAMBUCO, 2008-2018**

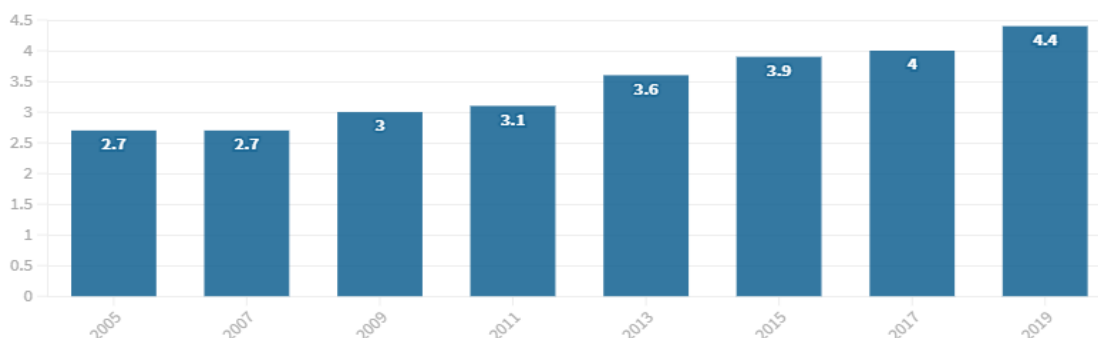


Fonte: CAED/UFJF.

Segundo Freitas (2018), isso acontece, pois uma vez que a gestão adota esses parâmetros as “leis passam, a regulamentar os processos de responsabilização e a definir como o cumprimento ou não das metas afeta o acesso a recurso” (p. 98), mudando o entendimento do que é educação, reafirmando o lugar da educação como uma mercadoria (CÁSSIO, 2018).

<sup>21</sup> Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/diretorio/pmg2/idepe.html> Acesso em: 29/08/2021

## GRÁFICO 7 IDEB DO ENSINO MÉDIO DE PERNAMBUCO DE 2005 A 2019



Fonte: INEP, 2005 – 2019.

O Gráfico 7 mostra o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), número que segue o cálculo semelhante ao IDEPE, mas acontece a cada dois anos e abrange todo o território nacional.

A melhora do índice segue uma tendência nacional, mas Pernambuco opera como sucesso em comparação com os demais estados brasileiros (DUARTE, 2019). O IDEB do ensino médio tem uma melhora considerável desde a primeira vez que a avaliação em larga escala foi aplicada no país, de 2,7 em 2005 para 4,4 em 2019.

Em 2007, a Lei nº 13.368, de 14 de dezembro, adiciona, como falamos antes, o IDEB como parte do cálculo de distribuição do ICMS; O BDE, bônus implementado em 2008, usa o IDEB como variável no cálculo final; No ano de 2012, a Lei Nº 14.602 obriga as unidades educacionais a publicar e mostrar os resultados da escola, criando uma cultura do índice; A Lei nº 14.923, de 18 de março de 2013, literalmente Institui premiações aos municípios que obtiverem o maior índice IDEB (PERNAMBUCO, 2007; 2008; 2012; 2013), Ou seja, o índice torna-se produto final do arcabouço institucional alinhado com a NGP.

A elevação da nota da escola é estabelecida como referência de qualidade, o que leva à ocultação do debate sobre as finalidades educativas [...] Por essa via, cria-se uma identidade entre boa educação e elevação das notas das escolas nas 'disciplinas básicas' de Leitura, Matemática e Ciências, em avaliações em larga escala censitárias baseadas em testes. (FREITAS, 2018, p. 82).

A discussão sobre o que é uma boa ou uma má educação foi feita com mais profundidade no nosso último relatório, intitulado: Condições de Trabalho dos Professores da Educação Básica O Brasil em Perspectiva Internacional (CAVALCANTI, 2020) quando analisamos, de forma comparativa, qual impacto do PISA sobre as políticas educacionais no Brasil e em Portugal, tomando como principal base de comparação o perfil da classe docente. Concluímos que o léxico criado pelos órgãos internacionais afeta negativamente a geração e implementação de políticas públicas educacionais nos dois países, agindo como uma simbiose entre as diretrizes internacionais e a situação local, resultando em produtos distintos.

No caso de Pernambuco, a influência da NGP, na forma de gestão por resultados, bebeu da fonte internacional e pode ser interpretado como um apêndice das orientações do Banco Mundial e da OCDE (LIRA; MARQUES, 2019)

Outro pilar que sustenta a implementação e o relativo sucesso da NGP em Pernambuco é a implementação da escola em tempo integral, instituída pela Lei complementar nº 125, de 10 de julho de 2008.

Não é nosso objetivo mergulhar numa análise profunda dos impactos da implementação pernambucana da escola em tempo integral, mas empreendermos uma análise de como essa aposta dos gestores estaduais têm trazido bons resultados para os índices educacionais no estado. Porém, existem críticas como a que Ruttany Ferreira (2018, p. 52) bem coloca: “Algo que merece destaque quando se fala em educação integral e em tempo integral no Brasil é a sua estreita relação com as políticas sociais, de modo que se fala mais em ampliação do tempo escolar do que em educação integral”.

Podemos afirmar que uma peça fundamental da diminuição da taxa de abandono e na taxa de reprovação é a configuração das escolas em tempo integral.



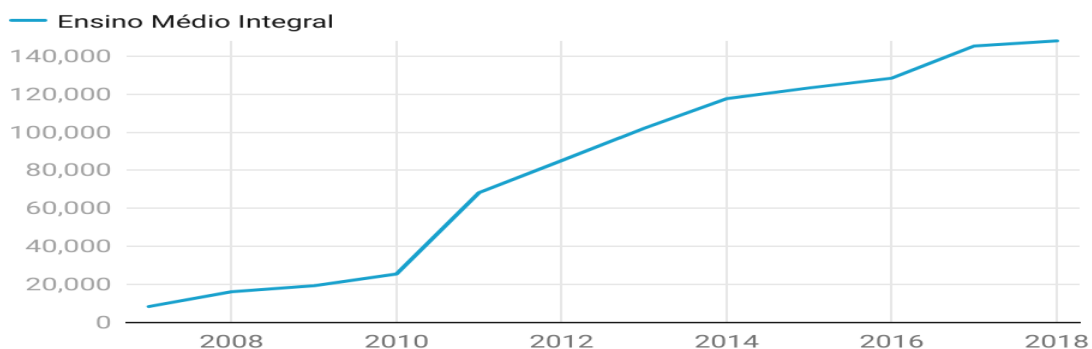
**TABELA 2**  
**NÚMERO DE MATRÍCULAS DO ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL DA**  
**REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO, 2007**  
**-2018**

Ano	Ensino Médio
2007	8.420
2008	16.175
2009	19.384
2010	25.561
2011	68.278
2012	85.078
2013	102.082
2014	117.662
2015	123.267
2016	128.385
2017	145.337
2018	147.995

Fonte: Inep, 2008 -2019

A Tabela 2, e o Gráfico 8, nos mostram como o número de matrículas em escolas em tempo integral vem aumentando gradativamente ao longo dos anos seguindo o Plano Estadual de Educação.

**GRÁFICO 8 NÚMERO DE MATRÍCULAS DO ENSINO MÉDIO EM TEMPO**  
**INTEGRAL DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO, 2007-2018**

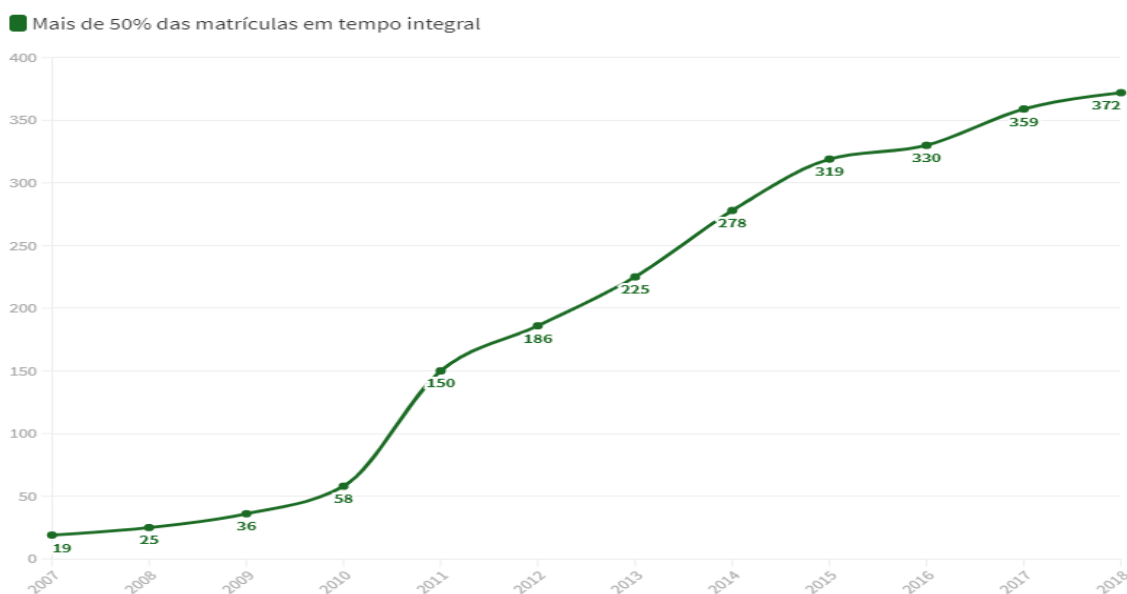


Fonte: Censos escolares, INEP 2007 – 2018.

De 2007 para 2018 a diferença é de 139.574 matrículas, ou seja, um crescimento de 1.657%. É um sinal do investimento expressivo no tipo de escola, o qual fornece jornada ampliada de 45 horas semanais e quatro refeições diárias aos estudantes. Nessas escolas, os professores percebem remuneração diferenciada e

estão submetidos ao regime especial de trabalho, o que permite dedicação exclusiva a uma única escola ou jornada semi-integral.

### GRÁFICO 9 NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO POR PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL EM PERNAMBUCO, 2007 A 2018



Fonte: Censos Escolares, INEP. 2007 – 2018.

De acordo com o Gráfico 9, observamos um crescimento no número de estabelecimentos escolares que ofertam o ensino médio com mais de 50% das matrículas sendo de tempo integral. Em 2007 o número de escolas com mais da metade das matrículas em tempo integral representava 3,5% do total e em 2018 esse número passa a ser 47,3% do total de estabelecimentos.

#### 3.1 Uma análise da classe docente pernambucana

Os resultados dos números da oferta educacional pernambucana; das taxas de evasão, reprovação e dos principais resultados das avaliações de larga escala, de tipo censitário baseado em provas, são, em geral, positivas, como demonstram os dados apresentados ao longo do relatório.

O que pode nos levar a afirmar, ou concluir, que a implementação da gestão por resultados, baseados na NGP, é, em certa medida, um sucesso. Entretanto, quando colocamos dentro desta equação alguns números acerca da condição de trabalho dos professores da rede estadual, nos deparamos com questões que merecem atenção.

A tabela 4 indica o percentual de docentes no ensino médio que lecionam a disciplina para a qual possuem formação, ou seja, que estão adequados. De acordo com o INEP, em 2018 43,3% dos professores do ensino médio com formação superior em licenciatura (ou bacharelado com complementação) não lecionam a matéria de sua formatura. Ou seja, 6.049 docentes, de um montante de 13.970 professores não estão adequados. É um número significativo e aponta para um problema que deve ser investigado com mais detalhes em pesquisas futuras.

**TABELA 3 PERCENTUAL DE ADEQUAÇÃO DE DOCENTES NO ENSINO POR GRUPO DA FORMAÇÃO À DISCIPLINA QUE LECIONA DA REDE ESTADUAL EM PERNAMBUCO DE TODOS OS GRUPOS, 2013 A 2018 (%)**

Ano	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
2013	49,1	0,5	43,4	3,4	3,6
2014	50,5	0,7	42,3	3,4	3,1
2015	48,3	0,7	43,6	3,6	3,8
2016	47,0	0,7	45,2	3,6	3,5
2017	47,4	0,7	44,1	3,8	4,0
2018	47,5	0,7	43,3	4,3	4,2

Fonte: Inep, 2013 – 2018.

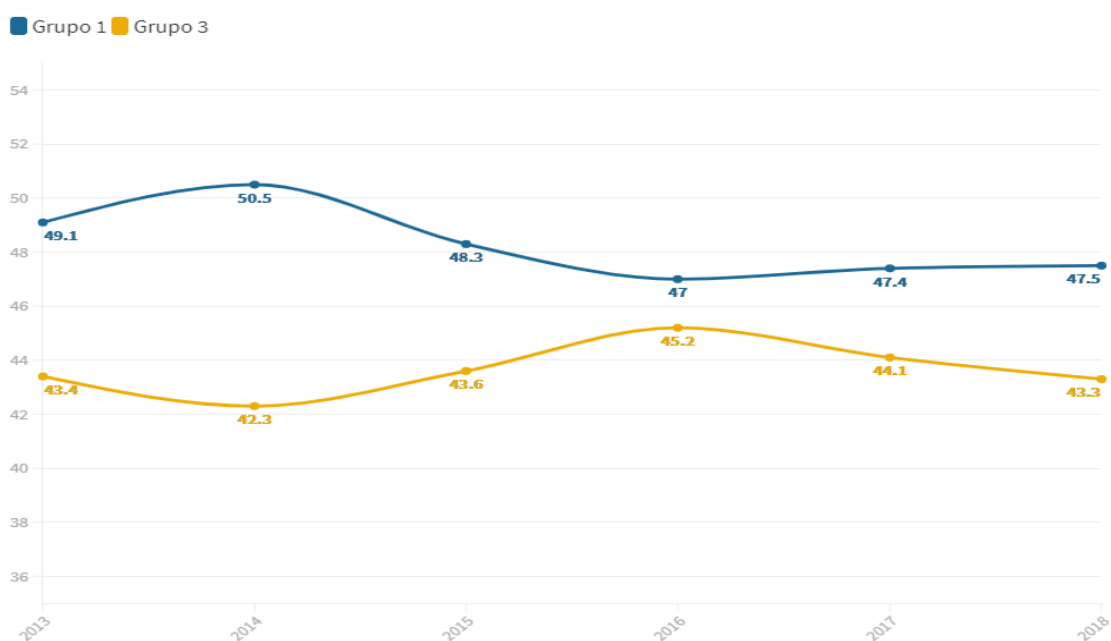
Obs.: Grupo 1: docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona; Grupo 2: docentes com formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona; o Grupo 3: docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona; o Grupo 4: docentes com formação superior não considerada nas categorias anteriores; e Grupo 5: docentes sem formação superior.

A maior parte dos professores do ensino médio Pernambucano possui formação superior, indicando que o estado vem seguindo o que a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, que indica em seu artigo 65: “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena” (BRASIL, 1996). Porém, quando comparamos, tomando o ano de 2018 como exemplo, a taxa de docentes com

formação em licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica em áreas diferentes que lecionam de Pernambuco, cerca de 43,3%, com a taxa brasileira que foi 24,5%. Percebemos que, em comparação com o Brasil, a situação de Pernambuco não é boa.

Ou seja, enquanto o Brasil tem 24,5% dos professores lecionando matérias para as quais não possuem formação superior, Pernambuco tem 43,4%.

**GRÁFICO 10 - PERCENTUAL DE DOCENTES, DO GRUPO 1 E GRUPO 3 NO ENSINO MÉDIO DE ADEQUAÇÃO POR GRUPO DA FORMAÇÃO À DISCIPLINA QUE LECIONA DA REDE ESTADUAL EM PERNAMBUCO, 2013 A 2018**



Fonte: Inep, 2013 – 2018.

No Gráfico 10, empreendemos uma comparação entre a porcentagem de professores com formação superior de licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica na mesma disciplina que leciona, o Grupo 1 e os professores com formação superior de licenciatura ou bacharelado com complementação em área diferente daquela disciplina que lecionam, o Grupo 3. E percebemos que, considerando um recorte temporal reduzido por causa da disponibilidade das sinopses no site do Inep, que as taxas de adequação dos docentes estabilizaram e não protagonizaram uma mudança de porcentagem, representando, quando comparado com as taxas brasileiras, um problema no sistema educacional pernambucano pouco publicizado.

Além de representar um problema pedagógico, esse dado aponta para um agravante na precarização do trabalho docente.

Outro ponto que contribui para a precarização do trabalho docente é o número de docentes pernambucanos atuando no ensino médio público em modelo de contratação temporária. O Brasil, no ano de 2018 tinha 36,6% dos seus professores do ensino médio público com contrato temporário, já no estado de Pernambuco esse número chegou a 41,9% dos docentes.

Em Pernambuco, no ano de 2018, 76,6% dos professores do ensino médio estavam alocados no setor público. Sendo 57,7% concursados e 41,9% temporários. Em 2011, primeira vez que o regime de contratação foi incluído nas Sinopses do Censo Escolar da Educação Básica, o Brasil tinha 29,05% de professores temporários no ensino médio público, e Pernambuco o número foi de 32,5%.

Quando comparamos os anos de 2011 e 2018 percebemos um aumento na porcentagem de professores do ensino médio público com o regime de contratação temporária.

Por isso, como dito no item anterior, o professor é uma figura central para os defensores das políticas baseadas em *accountability* e resultados da NGP. Não é à toa que no Plano Estadual de Educação (PEE) instituído pela LEI Nº 15.533, DE 23 DE JUNHO DE 2015, a palavra “professores” aparece 39 vezes e a Meta 15 seja a de

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de um ano de vigência deste Plano Estadual de Educação, política nacional de formação e valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento que atuam (PERNAMBUCO, 2015)

Porém, o que observamos ao analisar os dados secundários dos professores disponibilizados pelo Inep, é que o número de professores que não estão adequados é alto e que o número de docentes em regime de contratação temporária aumentou nos anos analisados.

Por isso, apesar da situação precária da classe docente, a densa estrutura institucional meritocrática, vertical e datificada conseguiu alcançar um resultado satisfatório nas avaliações. Pois, de acordo com Freitas (2018, p. 79)

A mera existência de metas e dessas leis de responsabilização (com apoio da mídia) cria pressão sobre os gestores que passam a recorrer cada vez mais a consultorias e empresas, introduzindo na vida das escolas soluções privatizantes, reproduzindo internamente os mecanismos de pressão sobre gestores intermediários, professores e estudantes.

Portanto, como podemos observar, existe um problema a ser resolvido. Os professores do ensino médio pernambucano devem ser entendidos como atores importantes não só no campo do discurso, mas também na prática. Pernambuco, deve enxergar no aumento de professores inadequados algo a ser combatido. O aumento de contratos temporários, como dito acima, também é um problema grave que pode ser enfrentado com abertura de concursos.

Por isso, quando publicizado, os dados relacionados aos professores ficam de fora e devem ser trazidos à tona, no intuito de otimizar não só os indicadores escolares, mas também os docentes e pensar como podemos melhorar os indicadores extraescolares, que mesmo não sendo trabalhos nesta monografia, orbitam esta análise e deve ser encarada como um elemento desta densa equação de pensar e fazer uma educação de qualidade.

#### **4. Considerações Finais**

Esta monografia teve por objetivo analisar os impactos da NGP na educação básica do estado de Pernambuco de 2000 – 2018. Chegamos à conclusão de que a estrutura produzida pelos gestores do estado foi baseada na gestão por resultados, que por sua vez comungavam com os valores pregados pela NGP.

A Nova Gestão Pública, alinhada com as demandas do neoliberalismo (ANDRADE, 2019), tem por objetivo incutir na administração pública, valores e axiomas da gestão privada incentivando uma administração por resultados. A nossa pesquisa pôde observar como essas ações e reformas animadas por esse discurso conseguiram impactar, de certa forma, o sistema educacional

pernambucano. Permitindo, como é divulgado pelo governo do estado, melhorar os indicadores em detrimento de indícios de uma precarização do trabalho docente<sup>22</sup> (OLIVEIRA, 2020)

Em Pernambuco foi criado um arcabouço verticalizado, seguindo uma tendência nacional e internacional de gerir a educação por uma elite técnica que tinha como fim o resultado, o indicador..

A partir da linha do tempo construída (Figura 1), empreendemos uma análise das principais iniciativas institucionais e indicadores de oferta da educação pernambucana e percebemos que um dos principais pontos de inflexão foi o governo do PSB, que assume no ano de 2007, propondo reformas e mudanças significativas para o sistema educacional estadual.

A linha do tempo nos mostra o que Freitas (2018) chama de “estrutura legislativa”, que é aquilo que sustenta juridicamente as reformas de gestão da educação pública. Criando o que chamamos de “Pilares da implementação” que permitiu uma alta adesão por parte dos gestores, são eles: a implementação da cultura avaliativa, a política de premiação do BDE e a implementação das escolas em tempo integral<sup>23</sup>.

Além da adoção institucional da NGP por parte dos gestores, chegamos à conclusão de que as políticas educacionais alinhadas à gestão por resultados contribuíram para uma melhora dos indicadores educacionais. Porém, quanto aos indicadores ligados à classe docente, vemos que ao contrário dos outros índices, os professores pernambucanos, quando comparados com o Brasil, tem uma taxa de adequação da formação menor e acompanha a tendência nacional de aumento do número de professores contratados em regime temporário e diminuição dos professores efetivos. Cabe mencionar, ainda, a menor taxa de crescimento do número de funções docentes no ensino médio em Pernambuco comparativamente ao Nordeste.

Os índices são a base da propaganda feita pelo estado. Porém, ao analisarmos os números relacionados aos professores, observamos que o ensino médio público em Pernambuco é ofertado, em grande medida, por docentes que ministram disciplinas sem a formação adequada e que possuem vínculos

---

<sup>22</sup> Como bem apontamos no capítulo 3

<sup>23</sup> Para saber mais ver Moraes; Silva, 2019 e Duarte, 2019.

temporários com a rede de ensino. Cabe mencionar que no caso da contratação temporária, esse tipo de vínculo contraria a Meta 15 do PEE.

Em pesquisa recente analisamos a carreira docente pernambucana e como a lei do piso foi implementada no estado em contexto de nova gestão pública e demonstramos que Pernambuco optou por incrementar o salário docente a partir das políticas de bonificação por resultados aumentando a desigualdade salarial contribuindo para uma precarização da classe docente (GOMES; FERNANDES; CAVALCANTI, 2021).

O que não quer dizer que a cultura da gestão por resultados no ensino médio Pernambucano não tenha rendido bons frutos para os indicadores educacionais analisados. Pois, é justamente por causa da desvalorização do trabalho dos professores, e esforço institucional focado nas políticas e programas alinhados com uma gestão por resultado que o sistema educacional pernambucano tornou-se um case de sucesso.

Isto se deve ao fato de possuir uma organização e uma elite técnica capaz de manejar o sistema educacional consolidando uma racionalidade comum a NGP que mimetiza a administração privada e se baseia no resultado e no desempenho para uma melhora daquilo que eles compreendem como educação.

Por isso, se faz necessário pensar em que tipo de educação essa vertente da NGP defende. E, de acordo com a pesquisa, a educação pernambucana é uma educação mercantilizada que depende das demandas do mercado.

Em resumo, essa estrutura favorece um tipo de educação, a “educação mercadoria”, que exclui pessoas e tem no lucro e na “eficiência” os seus objetivos finais.

Sendo assim, acreditamos que para se aprofundar na análise da gestão por resultados da educação pernambucana, podemos seguir três caminhos: (1) atentando-se ao maior tratamento dos dados referentes aos professores; (2) a uma pesquisa qualitativa que procure entender os impactos sociais, psicológicos e pedagógicos da NGP que propaga a cultura do individualismo neoliberal tanto para os professores e gestores, quanto para os alunos; (3) pensar que tipo de educação e que tipo de estudante está sendo defendidos e criados pela gestão pernambucana, problematizando os três pilares da NGP em Pernambuco.



## Referências bibliográficas

AFONSO, A. J. Para uma conceitualização alternativa de accountability em educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 471-484, 2012

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANDRADE, D. P. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 34, Número 1, Janeiro/Abril 2019

BRASIL, EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 14, DE 12 DE SETEMBRO DE 1996. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm)  
Acessado em: 27/05/2021

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995. **Revista do Serviço Público**. Brasília, ano 50, n. 4, p. 5-29, out./dez. 1999.

CARVALHO, L. M.; COSTA, E. Avaliação externa das escolas em Portugal: atores, conhecimentos, modos de regulação. **RBPAE** - v. 33, n. 3, p. 685 - 705, set./dez. 2017.

CÁSSIO, F. Apresentação. In: **Educação contra a barbárie: por Escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. – 1.ed., São Paulo, Boitempo, 2019.

CAVALCANTI, M. M.; GOMES, D. C. **CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O BRASIL EM PERSPECTIVA INTERNACIONAL**. Caderno de Resumos da XVI Jornada de Iniciação Científica. Recife, FUNDAJ, 2020.

CAVALCANTI, M. M. **CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O BRASIL EM PERSPECTIVA INTERNACIONAL** (Relatório de iniciação científica) Recife, FUNDAJ, 2020.

DUARTE, A. W. B. **A Nova Gestão Pública na educação em Minas Gerais e Pernambuco**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019

DUARTE, A. W. B. **Por que ser professor? Uma análise da carreira docente na educação básica no Brasil**. Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação Belo Horizonte, 2013

DUARTE, A. W. B.; OLIVEIRA, D. A. Valorização profissional docente nos sistemas de ensino de Minas Gerais e Pernambuco. **Práxis Educacional**, v.10, n.17 p.67-97, Vitória da Conquista, 2014.

DUARTE, A. W. B. **Por que ser professor? Uma análise da carreira docente na educação básica no Brasil**. Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação Belo Horizonte, 2013.

ENQUITA, M. F. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: GENTILI, P.; SILVA, T. T. **Neoliberalismo, Qualidade e Educação: Visões Críticas** – 2o.ed., Petrópolis, Rj, Vozes, 1995.

FERLIE, E.; ASBURNER, L.; FITZGERALD, L.; PETTIGREW, A. **A nova administração pública em ação**. Brasília: ENAP: UnB, 1999.

FERREIRA, Ruttany de Souza Alves. **O trabalho docente na escola em tempo integral no município de João Pessoa/PB**. 2018. 183 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Associado em Educação, Culturas e Identidades) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica-social e capitalista**. - 5. ed. - São Paulo, Cortez, 1999

FRIGOTTO, G. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. in: GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: Visões críticas**. 2. ed. Petrópolis, 1995

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.) **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, D.C; FERNANDES, V; CAVALCANTI, M. A Lei do Piso e a carreira docente: a experiência do estado de Pernambuco. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ABET, XVII, 2021, Uberlândia**. Anais..., Uberlândia, ABET, 2021.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAL ANÍSIO TEXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília: Inep, 2000

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAL ANÍSIO TEXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília: Inep, 2001

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAL ANÍSIO TEXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica** . Brasília: Inep, 2002

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAL ANÍSIO TEXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília: Inep, 2003

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAL ANÍSIO TEXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília: Inep, 2004

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAL ANÍSIO TEXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília: Inep, 2005

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAL ANÍSIO TEXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília: Inep, 2006

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAL ANÍSIO TEXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica** . Brasília: Inep, 2007

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAL ANÍSIO TEXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília: Inep, 2008

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAL ANÍSIO TEXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília: Inep, 2009

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAL ANÍSIO TEXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília: Inep, 2010

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAL ANÍSIO TEXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica** . Brasília: Inep, 2011

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAL ANÍSIO TEXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília: Inep, 2012

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAL ANÍSIO TEXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília: Inep, 2013

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAL ANÍSIO TEXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília: Inep, 2014

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAL ANÍSIO TEXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília: Inep, 2015

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAL ANÍSIO TEXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília: Inep, 2016

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAL ANÍSIO TEXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília: Inep, 2017

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAL ANÍSIO TEXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica** . Brasília: Inep, 2018

KONDER, L. **A questão da ideologia**. - 1.ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2020

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa. O neoliberalismo em ataque ao ensino público**/ trad. SILVA, M.LC, - Londrina: Editora Planta, 2004

LIMA, L. Privatização lato sensu e impregnação empresarial na gestão da educação pública. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 129-144, jan./abr. 2018

LINGARD, B. PISA: Fundamentações para participar e acolhimento político. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, nº. 136, p.609-627, jul.-set., 2016

LIRA, I. S.; MARQUES L. R. Responsabilização educacional no contexto da gestão por resultados: uma análise da experiência pernambucana (2007-2014) **Políticas educacionais no estado de Pernambuco: discursos, tensões e contradições**. [recurso eletrônico]. Ana Lúcia Felix dos Santos, Edson Francisco de Andrade, Luciana Rosa Marques (organizadores). – Recife: Ed. ANPAE, 2019.

LIRA, Z. B. **A felicidade no trabalho docente e a mediação das políticas de valorização docente no estado de Pernambuco**. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís/MA, 2020.

MALET, R. Políticas de profissionalização do ensino - Desenvolvimento contemporâneo e variações de usos. In: OLIVEIRA, D.; CARVALHO, L. M.; LEVESSEUR, L.; MIN, L.; NORMAND, R. (Org) **Políticas educacionais e a reestruturação da profissão educador: Perspectivas globais e comparativas**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2019

MAZZUCATO, Mariana. **O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público x setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MOLSTAD, C. E.; PETTERSSON, D.; PROITZ, T. S. Infusão suave – A construção dos “professores” no âmbito do Pisa. In: OLIVEIRA, D.; CARVALHO, L. M.; LEVESSEUR, L.; MIN, L.; NORMAND, R. (Org) **Políticas educacionais e a reestruturação da profissão educador: Perspectivas globais e comparativas**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2019.

MORAIS, E.; SILVA J. A. A. Escolas de Referência em Ensino Médio: uma análise do Programa de Educação Integral em Pernambuco **Políticas educacionais no estado de Pernambuco: discursos, tensões e contradições**. [recurso eletrônico]. Ana Lúcia Felix dos Santos, Edson Francisco de Andrade, Luciana Rosa Marques (organizadores). – Recife: Ed. ANPAE, 2019

NETO, A. M. Gestão pública e situação fiscal: capacidades, limitações e desafios (2000 - 2006). in: ARAUJO, T. B.; ARAUJO, T. P. (Orgs). **Socioeconomia pernambucana: mudanças e desafios** - Recife, Cepe, 2018

NORMAND, R. Liderança e Nova gestão Pública – A dimensão profissional esquecida nas organizações escolares In: OLIVEIRA, D.; CARVALHO, L. M.; LEVESSEUR, L.; MIN, L.; NORMAND, R. (Org) **Políticas educacionais e a reestruturação da profissão educador: Perspectivas globais e comparativas**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2019

OECD, **PISA 2018 Results (Volume I): What Students Know and Can Do**, PISA, OECD Publishing, Paris, 2019

OLIVEIRA, M. A. A. Modelos e formas parcelares de *accountability* na educação: um olhar sob a região Nordeste. **Cadernos de Estudos Sociais**, vol. 34, n.º 2, 2019.

OLIVEIRA, D.A. **Da promessa de futuro à suspensão do presente: a teoria do capital humano e o Pisa na educação brasileira**. - 1.ed. - Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2020.

OLIVEIRA, D.A. Política educacional. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

PERNAMBUCO. Lei nº 11.559, de 10 de junho de 1998. Institui o Plano de Cargos e Carreiras - PCC, do Quadro Permanente de Pessoal do Sistema Público Estadual de Educação e Esportes e determina providências pertinentes. Disponível em:

PERNAMBUCO. Lei nº 12.252, de 8 de julho de 2002. Aprova o Plano Estadual de Educação e dá outras providências. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=3978&tipo=>. Acesso em: 30 mar. 2021

PERNAMBUCO. Lei nº 13.273, de 5 de julho de 2007. Estabelece normas voltadas para a Lei de Responsabilidade Educacional do Estado de Pernambuco. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=1373&tipo=>. Acesso em

PERNAMBUCO. Lei nº 13.368, de 14 e dezembro de 2007. Ajusta critérios de distribuição de parte do ICMS que cabe aos Municípios, nos termos da Lei nº 10.489, de 2 de outubro de 1990, e alterações. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=1542&tipo=>. Acesso em: 30 abr. 2021

PERNAMBUCO. Lei nº 14.486, de 1º de julho de 2008. Institui o Bônus de Desempenho Educacional - BDE, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências. Disponível: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=4369&tipo=>. Acesso em: 30 abr. 2021

PERNAMBUCO. Lei Complementar nº 112, de 6 de junho de 2008. Institui o Piso Profissional para os servidores do Grupo Ocupacional Magistério, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria de Educação do Estado; reajusta valores de vencimento-base dos cargos que indica; e dá outras providências. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=1120&tipo=>. Acesso em: 30 mar. 2021

PERNAMBUCO. Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008. Cria o Programa de Educação Integral, e dá outras providências. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=5148&tipo=>. Acesso em: 30 abr. 2021

PERNAMBUCO. Lei complementar nº 141, de 3 de setembro de 2009. Dispõe sobre o Modelo Integrado de Gestão do Poder Executivo do Estado de Pernambuco. Disponível: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=711&tipo=>. Acesso em: 30 abr. 2021

PERNAMBUCO. Lei nº 14.529, de 9 de dezembro de 2011. Modifica a Lei nº 10.489, de 2 de outubro de 1990, relativamente a redefinições de critérios de distribuição de parte do ICMS que cabe aos Municípios. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=6879&tipo=>. Acesso em: 30 abr. 2021

PERNAMBUCO. Lei nº 14.602, de 21 de março de 2012. Dispõe sobre a divulgação do índice de desenvolvimento da educação básica - IDEB nas escolas públicas da rede estadual de ensino. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=9477>. Acesso em: 30 abr. 2021

PERNAMBUCO. Lei nº 14.923, de 18 de março de 2013. Institui premiações aos municípios que obtiverem o maior índice IDEB no âmbito de cada Gerência Regional de Educação - GRE, para atendimento do Programa Juntos por Pernambuco pela Educação. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=6020>. Acesso em: 30 abr. 2021

PERNAMBUCO. Decreto nº 19.336, de 25 de abril de 2013. Estabelece o Valor Público como objetivo dos Programas de Estado, fixa diretrizes para a Gestão por

Resultados, e estabelece a execução dos Pactos de Resultados no âmbito do Poder Executivo Estadual. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=15105&tipo=>. Acesso em: 30 abr. 2021

PERNAMBUCO. Lei nº 15.362, de 2 de setembro de 2014. Introduz alterações na Lei nº 13.273, de 5 de julho 2007 - Lei de Responsabilidade Educacional, que estabelece normas voltadas para a Lei de Responsabilidade Educacional do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

PERNAMBUCO. Lei nº 15.533, de 23 de junho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=10998&tipo=>. Acesso em: 30 abr. 2021

PERNAMBUCO. Lei nº 15.973, de 23 de dezembro de 2016. Institui o Adicional de Eficiência Gerencial - AEG no âmbito da Rede Estadual de Educação e altera a legislação que indica. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=25706&tipo=>. Acesso em: 30 abr. 2021

PERNAMBUCO. Decreto nº 47.297, de 12 de abril de 2019. Regulamenta os critérios e procedimentos para realização do processo de seleção para função de representação de diretor escolar e diretor adjunto das escolas estaduais. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=42382&tipo=>. Acesso em: 30 abr. 2021

PERNAMBUCO. Lei 16.601, de 1º de julho de 2019. Altera a Lei nº 13.486, de 1º de julho de 2008, que Institui o Bônus de Desempenho Educacional - BDE, para redefinir os critérios de avaliação do desempenho educacional. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=46295&tipo=>. Acesso em: 30 abr. 2021

PERNAMBUCO. Lei 16.616, de 15 de julho de 2019. Modifica a Lei nº 10.489, de 2 de outubro de 1990, relativamente a redefinições de critérios de distribuição de parte do ICMS que cabe aos Municípios. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=46438&tipo=>. Acesso em: 30 abr. 2021

PERNAMBUCO. Lei 16.617, de 15 de julho de 2019. Institui o Programa Criança Alfabetizada. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=46439&tipo=>. Acesso em: 30 abr. 2021

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação do Estado de. **Balanco de educação 2015 - 2018**, Recife: Secretaria de Educação do Estado, 2018

PERNAMBUCO. Decreto nº 49.445, de 16 de setembro de 2020. Regulamenta o Prêmio Escola Destaque, o apoio por meio de contribuições financeiras e a concessão de bolsas de pesquisa e de extensão, integrantes do Programa Criança Alfabetizada, instituído pela Lei nº 16.617, de 15 de julho de 2019. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=51844&tipo=>. Acesso em: 30 abr. 2021

VERGER, Antoni; NORMAND, Romuald. Nueva gestión pública y educación: elementos teóricos y conceptuales para el estudio de un modelo de reforma educativa global. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 36, n. 132, p. 599-622, jul./set. 2015